

Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias

João Pereira Bastos

Assinala-se com satisfação a permuta entre a *Revista Galileu* e a *Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias* do Centro de Estudos de Instituições Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, sob a direcção do Prof. Doutor João Mota de Campos. No número um desta publicação, que corresponde ao primeiro semestre de 1995, tendo sido publicada em 1996 a respectiva tradução em inglês, justifica-se o seu aparecimento com base na crescente importância da aplicação do Direito Internacional Público e também na atenção que vem merecendo o estudo dos problemas internacionais em geral e, naturalmente, os que se situam no quadro da União Europeia. Justifica-se, assim, uma referência, ainda que breve, a cada um dos temas apresentados na revista recebida.

O Prof. Doutor Adriano Moreira descreve, em *O Tratado de Tordesilhas e o Direito Internacional*, a primeira concretização do fenómeno que classifica como «projecto euromundista». Projecto a que alude Camões no Canto III d'Os Lusíadas, ao contrapor à Europa plural e cristã a especificidade da missão de implantação de «leis melhores», que Portugal e Espanha se dispunham a levar a cabo sob a umbrela da égide papal.

Coube ao Professor Truyol y Serra, catedrático da Universidade Complutense de Madrid, o tema dos novos desafios que a sociedade internacional defronta, sobretudo após a queda do Muro de Berlim, em Novembro de 1989, quando à pesada equação do equilíbrio do terror se seguiu a complexa «mobilidade e ebulição da Europa Central, Oriental e Balcânica», ao registar-se a desintegração da União Soviética e a galopante metamorfose que se verificou nos países satélites.

O autor cita o optimismo de Francis Fukuyama em «O Fim da História», mas duvida, com razões que expõe, da convergência de «um mundo homogeneizado pela democracia liberal», atribuindo «à rapidez e à imprevisibilidade das mudanças» depois do ciclo da «guerra fria» as dificuldades a que todos assistimos e a permanência dos problemas no quadro do binómio Norte-Sul, além da preocupante emergência de expressões de fundamentalismo.

A noção de desenvolvimento sustentável foi solenemente reiterada na Conferência das Nações Unidas do Rio de Janeiro, em 1992, quando a sua agenda abrangeu de forma significativa, tanto os problemas do ambiente, como os do desenvolvimento. O importante impacto que na economia e no direito pode resultar de opções quanto ao comportamento perante a Natureza e o ecossistema foi referido pelo Embaixador João Pereira Bastos, que naquela Conferência chefiou a delegação nacional e actuou, em nome da então CEE, na coordenação das posições comunitárias durante o período da preparação daquele encontro internacional, que coincidiu com o semestre da «presidência portuguesa» da Comunidade.

O autor refere, como síntese da procura da «sustentabilidade» do desenvolvimento, a Resolução 44/228 da Assembleia Geral das Nações Unidas e cita, a propósito dessa tentativa de harmonização de interesses, as reuniões dos países do Norte e dos do Sul realizadas, respectivamente, em Tóquio e em Kuala Lumpur, antes da Conferência ECO-92.

A matéria do desenvolvimento sustentável foi também apresentada pelo Professor Mário Ruivo, em «Balanço e Perspectivas da ECO-92: do Crescimento Zero ao Desenvolvimento Sustentável», numa síntese da Conferência do Rio com pormenorizada referência às expectativas quanto aos resultados, tendo embora presente que estes só se projectarão a médio e a longo prazo.

A Professora Paula Escameia, do ISCSP, em «Alteração de Modelos no Direito Internacional Público», aborda os problemas que definem aquilo a que chama a «revolução» do DIP, fruto que é da evolução da estrutura social, da diluição da noção de fronteiras e da globalização de todo o género de interesses, que não apenas

os económicos, fazendo o ponto da situação das «falhas do modelo actual», a propósito da natureza dos acordos entre Estados e companhias multinacionais.

O reflexo da chamada «Questão de Macau» nas relações luso-chinesas é abordado na *Revista*, através de uma densa retrospectiva, contribuição do Professor António Vasconcelos de Saldanha, do ISCSP, que se faz valer de documentação elucidativa de um ambiente de cinco séculos de bilateralidade que passou por alguns episódios menos positivos de convivência, que a História assinalou e a diplomacia soube superar, nomeadamente quanto ao posicionamento de Pequim no *dossier* descolonização e na forma serena e imaginativa como acabou por se encontrar uma solução para o recíproco reconhecimento e a normalização de relações.

As empresas transnacionais são objecto de um estudo do seu enquadramento no direito internacional, subscrito pelo Professor Manuel de Almeida Ribeiro, do ISCSP, que utilizou elementos actualizados, nomeadamente relatórios no âmbito de órgãos das Nações Unidas, como o «World Investment Report» ou o da UNCTAD de 1993 (com dados e conclusões posteriores à Conferência de Cartagena), bem como as pesquisas levadas a cabo pela OCDE, que permitem conclusões sobre os fluxos e refluxos de investimentos na denominada «Tríade» (União Europeia, Estados Unidos e Japão).

As considerações apresentadas, são valorizadas por um curto, mas elucidativo relance histórico, que remonta à frustrada Carta de Havana e à criação do GATT-47. Que mais não foi do que um remendo provisório, que se tornaria definitivo até ao fim do Uruguay Round, em Dezembro de 1993.